



Grito dos Excluídos expõe lutas por mulheres vivas e soberania do Brasil

Criado como um contraponto ao Dia da Independência, todo ano no dia 7 de setembro, acontecem nacionalmente atos do Grito dos Excluídos e Excluídas. A mobilização é fruto de uma construção coletiva de movimentos sociais, sindicais e populares, liderada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Em Belo Horizonte, o ato será às 9h30, na Praça da Estação.

A proposta não só questiona os padrões de independência do povo brasileiro, mas contribui para a reflexão por um Brasil mais justo para todos. Também é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão. O tema permanente do Grito é “Vida em Primeiro Lugar!” e o lema dessa 32ª edição, “Na defesa da Terra,

da Paz e da Moradia, erguemos a voz: Mulheres Vivas e Soberania!”. “O lema é bastante apropriado diante da epidemia de feminicídios e as ameaças contra a soberania do Brasil”, comenta Carmen Lúcia Rodrigues, coordenadora-geral do Sindipetro/MG.

Desde o seu nascimento, o Grito levanta a bandeira contra o imperialismo. Diante da política externa dos Estados Unidos sob a administração de Donald Trump, o movimento classifica como grave a intervenção norte-americana na América Latina, a exemplo das tensões recentes na Venezuela. A relação entre soberania e democracia constitui outro eixo fundamental da 32ª edição.

O debate ganha urgência diante das novas estratégias

de interferência na política interna brasileira, que utilizam o pretexto do combate ao crime organizado para monitorar mecanismos financeiros nacionais, como o Pix, e classificar facções locais como organizações terroristas, uma engrenagem que se soma à ascensão do neofascismo na América Latina.

Para Daiane Hohn, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e integrante da coordenação Nacional do Grito, o interesse internacional no processo eleitoral do país é estratégico. “O imperialismo norte-americano entrou com força nas eleições brasileiras para tentar conter o declínio de sua hegemonia na região. O Brasil tem um peso imenso na geopolítica e na economia, abrigando a

maior reserva de terras raras do mundo depois da China, além de abundantes recursos de água doce e petróleo”, explicou. De acordo com a dirigente, a conjuntura impõe uma divisão clara entre “os defensores da nação e os inimigos da pátria”.

Diante dessa complexidade, Daiane defende que o papel das organizações populares, sindicatos e organismos da Igreja vinculados ao Grito deve ser o de conscientizar a população. “Saber contra quem lutamos é o primeiro passo. Nossa tarefa é apontar esses culpados por meio de debates, encontros e seminários, construindo um projeto onde o povo de fato decida os rumos do país”, afirmou, em nota da organização.

Sindipetro/MG cobra fiscalização nas contratadas diante de denúncias

O Sindipetro/MG continua recebendo denúncias de irregularidades trabalhistas em empresas contratadas na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim. São situações que geram clima de insatisfação e insegurança entre as trabalhadoras e os trabalhadores. O Sindicato enviou ofício à Petrobrás, manifestando indignação com os fatos denunciados, exigindo providências imediatas, especificamente dos fiscais e do gerente de contratos.

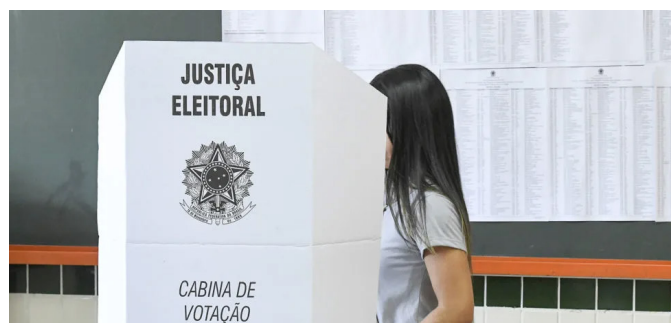
A Engemon é uma das empresas reincidentes em situações de gestão hostil e desrespeito aos trabalhadores, que sequer têm um Acordo Coletivo de Trabalho. Há relatos de descumprimento do prazo legal para o aviso de férias, que é de 30 dias, além de pressão sobre os empregados para que eles vendam dias de férias. Esses fatos podem configurar assédio moral, por gerar um ambiente de incerteza e ansiedade entre os trabalhadores.

Em uma ação da diretoria da Regap para combater a violência no trabalho, que consistia de uma apresentação sobre o tema, se-

guida de um quiz, há denúncia de que o quiz não foi disponibilizado para os trabalhadores da empresa. “Tais atitudes da contratada violam não só as leis trabalhistas, mas também as novas diretrizes da NR-1, que exigem o controle dos riscos biopsicossociais no trabalho”, afirma a coordenadora-geral do Sindipetro/MG, Carmen Lúcia Rodrigues.

Outra empresa denunciada é a G8, responsável pelo contrato dos serviços de segurança patrimonial na Regap. Segundo denúncias, a falta de pagamento do plano de saúde dos empregados tem criado desconforto e insegurança na força de trabalho. Muitas vezes, os contratados só constatarem o bloqueio do plano quando já estão na unidade de saúde, em busca de atendimento. “Trata-se de uma situação alarmante quanto à proteção dos direitos e da saúde física e mental de trabalhadores prestadores de serviço, cabendo a Petrobrás fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, da legislação e das NRs pelas empresas contratadas”, reforça Carmen.

O Voto Feminino e a força da classe trabalhadora



O direito das mulheres ao voto não foi uma concessão, mas o resultado de décadas de resistência e organização popular. Em 26 de agosto, foi celebrado o Dia Internacional da Igualdade Feminina, que remonta à promulgação da 19ª Emenda nos EUA em 1920: um marco do movimento sufragista global que ecoou no Brasil.

A trajetória nacional, contudo, revela o tamanho da resistência enfrentada. Desde as primeiras tentativas barradas sob justificativas patriarcais de que a política traria “desordem social” até a promulgação do Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, a igualdade de direitos sempre exigiu muita luta. O voto, garantido a partir da luta de lideranças como Leolinda Daltro e Bertha Lutz, foi o primeiro passo indispensável para a cidadania.

Contudo, votar não garantiu automaticamente a presença feminina nos espaços de decisão. O Relatório

Global sobre a Desigualdade de Gênero 2025, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, revela que o subíndice de empoderamento político é o que apresenta a maior lacuna global: apenas 23% da paridade foi alcançada. Enquanto saúde e educação superaram 95% de paridade resolvida, a representação política feminina arrasta a equidade plena global para a projeção do ano de 2148. O Brasil reflete essa contradição histórica. Embora o país ocupe a 72ª posição no ranking geral de 2025, a baixa presença de mulheres nos cargos do Executivo, Legislativo e nas lideranças da sociedade civil escancara um déficit democrático que precisa ser superado. Portanto, para transformar a sociedade, não basta votar, é preciso ocupar a política, as bancadas e as lideranças.

Por Ana Luíza Pereira Fernandes, advogada trabalhista e do Sindipetro/MG